

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

JULIANA DIAS NERY

Rousseau e o conceito de infância: uma leitura a partir da obra
Emílio ou Da Educação

MARINGÁ
2012

JULIANA DIAS NERY

Rousseau e o conceito de infância: uma leitura a partir da obra
Emílio ou Da Educação

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
(modalidade artigo), apresentado ao
Curso de Pedagogia, da Universidade
Estadual de Maringá, como requisito
parcial para obtenção do título de
licenciado.

Orientação: Profa. Dra. Erica Piovam de
Ulhôa Cintra

MARINGÁ

2012

JULIANA DIAS NERY

Rousseau e o conceito de infância: uma leitura a partir da obra
Emílio ou Da Educação

Aprovado em sessão pública de 12 de novembro de 2012.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Maria Cristina Gomes Machado

Professor Dra. Regina Maria Zanatta

Professora Dra. Erica Piovam de Ulhôa Cintra (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, do qual tirei força e paciência pra continuar quando já estava muito cansada. Aos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida, estando ao meu lado nos momentos mais difíceis e nos mais felizes também. Às minhas amigas queridas que suportaram minha chatice, me ajudaram dando apoio moral, e àquelas que contribuíram de alguma maneira para o corpo do meu trabalho. Ana Karina, Alessandra, Fabiana, Francieli, Karina e Naraiana e Pollyanna o meu muito obrigada! Às professoras que participaram da banca de defesa, Maria Cristina Machado e Regina Zanatta, pela oportunidade de diálogo e pelas várias contribuições apontadas. E em especial à minha orientadora Erica Cintra, que foi um verdadeiro anjo em minha vida, que teve paciência comigo, me mostrou a luz no fim do túnel quando tudo estava muito confuso e com sua calma imensa me tranquilizou possibilitando a conclusão de todas as etapas para que eu chegasse até aqui. E a todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram seja com palavras ou com atitudes, para que eu finalizasse mais essa etapa na minha vida. Muito Obrigada!

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
INTRODUÇÃO.....	5
JEAN-JACQUES ROUSSEAU: O INTELLECTUAL DA INFÂNCIA.....	8
SOBRE O SENTIMENTO DA INFÂNCIA.....	12
<i>EMÍLIO</i> E O CONCEITO DE INFÂNCIA.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
FONTES.....	26
REFERÊNCIAS.....	26

ROUSSEAU E O CONCEITO DE INFÂNCIA: UMA LEITURA A PARTIR DA OBRA *EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO*

Juliana Dias Nery – Pedagogia UEM (2012)

Resumo

O presente artigo procura compreender o conceito de infância de Rousseau a partir da leitura de “Emílio ou Da Educação” (1762). Investe na pesquisa bibliográfica e no diálogo com alguns intérpretes do autor e de sua obra, como Phillippe Ariès, Jacques Gélis, Cynthia Veiga e outros. Em linhas gerais, Rousseau defendia uma idade específica para a criança, reconhecia a importância da educação para a formação moral dos indivíduos e o papel do preceptor nesse processo.

Palavras-chave: Rousseau. Infância. Educação.

Abstract

This paper seeks to understand the concept of childhood of Rousseau, from reading of the book “Emile” (1762). Invests in research bibliographic and some interpreters of the author and his work, as Phillippe Ariès Jacques Gélis, Cynthia Veiga and others. In general terms, Rousseau advocated a specific age for children, recognized the importance of education for moral development of the individuals and the function of the preceptor in this process.

Key-words: Rousseau. Childhood. Education.

Introdução

O presente estudo versa sobre o conceito de infância de Jean-Jacques Rousseau. Procurando compreender a sua concepção de infância e refletindo sobre as permanências e as alterações desse conceito na sociedade contemporânea. Para a realização do presente estudo bibliográfico, enfocamos a sua obra original na área da educação intitulada *Emílio ou Da Educação*, especialmente os livros I e II que fazem referência ao período da infância (do nascimento aos doze anos de idade), e complementamos nossa leitura com artigos e pesquisas conforme intérpretes do autor e sua obra.

Considerado o “pai” da pedagogia contemporânea, o filósofo Rousseau oferece uma leitura original sobre a sociedade do seu tempo e em especial, uma leitura pedagógica da infância, uma vez que a coloca no centro de sua teorização.

Na obra *Emílio ou Da Educação* o autor oferece a sua particular interpretação, aliando pedagogia e política¹, a respeito da “possibilidade de construir um homem novo, natural e equilibrado, do qual Emílio é o exemplo” (CAMBI, 1999, p. 343).

Essa obra é considerada um ensaio pedagógico, escrita na forma de romance, em que acompanhamos tanto o desenvolvimento do menino órfão, de origem nobre e rica, chamado Emílio, do seu nascimento ao casamento, como o papel do seu tutor/preceptor no desenvolvimento e na educação do pequeno. Neste livro, Rousseau traça as linhas educativas para pais, educadores, aqueles que lidam com a criança, para transformá-la num adulto educado, não afeito às corrupções do ambiente social. Mas é também, como discorreremos mais a frente, a via da “renaturalização do homem, isto é, a restauração de um homem subtraído à alienação e à desorientação interior que assumiu nas sociedades ‘opulentas’, ricas e dominadas por falsas necessidades” (CAMBI, 1999, p.343).

Cabe lembrar, porém, que “natureza” no texto de Rousseau assume pelo menos três significados diferentes: 1. como oposição àquilo que é social; 2. como valorização das necessidades espontâneas das crianças e dos processos livres de crescimento; 3. como exigência de um contínuo contato com um ambiente físico não urbano e por isso considerado mais genuíno. Trata-se, desse modo, de operar uma ‘naturalização’ do homem, capaz de renovar a sociedade europeia moderna, que chegou a um estado de evolução (e de corrupção) que torna impossível a sua reforma política, segundo o modelo republicano-democrático do ‘pequeno estado’ (CAMBI, 1999, p. 346)

No que diz respeito aos livros I e II do tratado, específicos da infância, Rousseau inicia a descrição de ideias que envolvem a atenção minuciosa ao comportamento do pequeno Emílio, desde a mais tenra idade. Relata o processo de transformação da linguagem como elemento de grande mudança na experiência social da criança, como se pode apreender, por exemplo, de suas impressões sobre a criança e o choro:

Quando as crianças começam a falar, passam a chorar menos. [...] E que, se continuarem a chorar, será culpa das pessoas que estão ao seu redor. [...] Quando uma criança se machuca, se estiverem sozinhas, é muito raro começarem a chorar a menos

¹ O sentido político nota-se em *Contrato social*, publicada meses antes de *Emílio*, e vê-se ainda em *A nova Heloísa*, no qual Rousseau teoriza a reforma da família, a partir da ideia do amor e da virtude. Porém, ambas as produções não serão tratadas aqui.

que tenha a esperança de ser ouvida por alguém (ROUSSEAU, 2004, p. 66).

Para Rousseau, a primeira coisa que a criança deverá aprender, e a que ela terá a maior necessidade de saber é sofrer. Quando podem mais por si mesmas (autonomia), precisarão cada vez menos dos outros; o bem-estar da liberdade, como ele diz, compensará muitos machucados. Rousseau afirma a importância de definir os lugares de cada coisa e de cada um: o homem no homem, e a criança na criança. Para Rousseau (2004, p. 69): “A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas. E a infância tem o seu na ordem da vida humana”. Esse excerto nos parece substancial para compreender a manifestação do conceito de infância para Rousseau, pois afirma com isso que a criança não é um adulto em miniatura como se pensava ainda à época: ela tem uma idade própria, como dito, *tem o seu lugar na ordem das coisas*.

Rousseau discorre a respeito da importância de ter definido os conceitos de liberdade, propriedade e valorização da vida em si. Conceitos importantes para que a criança entenda alguns valores necessários, como: respeitar o que pertence aos outros, ter noção de espaço e de limites. Todos crescemos ouvindo muito a expressão ‘sua liberdade termina onde começa o espaço do outro’, e isso parece bem apropriado na obra em foco, que oferece indicações de como os educadores devem lidar com os alunos, de como os pais devem lidar com os filhos – educação que é de liberdade (antinomia), mas também de limites (heteronomia); traço esse, que transcorrerá toda a obra rousseauiana.

Com esses iniciais apontamentos, percebemos o aspecto inovador do pensamento de Rousseau e nos indagamos: como as ideias de Rousseau, do século XVIII, influenciam hoje a educação e a nossa percepção sobre a infância? Assim, partimos para a leitura da obra *Emílio* e para a reflexão de seus interlocutores, incluindo os que tratam especificamente sobre a infância, em especial, Philippe Ariès (2006), em *A história social da criança e da família*.

Na primeira parte intitulada “Jean-Jacques Rousseau: o intelectual da infância”, o artigo apresenta o autor por meio de sua biografia e transmite a perspectiva de Rousseau sobre a infância, evidenciando os primeiros indícios de como esse conceito aparece em sua obra e como nos parece se pronunciar como intelectual da infância. Na segunda parte, intitulada “Sobre o sentimento da Infância”, consideramos como essa fase era percebida nos anos que

antecederam à Rousseau, num breve relato de como as crianças eram tratadas, como se vestiam e como eram entendidas pela sociedade do seu tempo. Ainda nessa parte, além de Phillippe Ariès, utilizamos o texto de Jacques Gélis (1991). Na terceira e última parte “Emílio e o conceito de Infância”, trata-se de uma análise da obra de Rousseau contemplando seus principais aspectos enunciados em *Emílio*, explicitando como o autor pensava a Infância e a educação de/para sua época.

Jean-Jacques Rousseau: o intelectual da infância

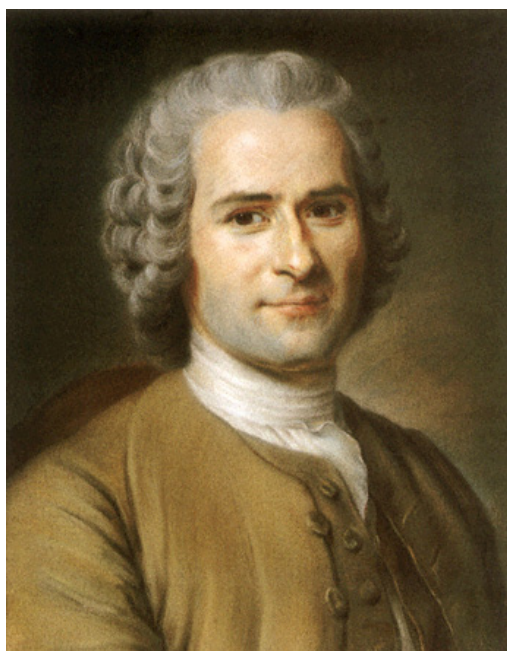


Figura 1 – Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, em 28 de Junho de 1712 e morreu em Ermenonville, na França, em 2 de Julho de 1778. Foi um importante filósofo, teórico, político, escritor e compositor autodidata suíço. É considerado um dos principais filósofos do Iluminismo e um dos precursores do Romantismo. Sua obra *Emílio* aborda temas filosóficos e políticos que dizem respeito à relação do indivíduo com a sociedade, bem como, sustenta uma forma diferenciada de entendimento da educação da criança e da idade da infância.

Foi criado pelo pai, pois sua mãe morreu alguns dias depois do parto. Aos 16 anos resolveu deixar a cidade natal e vagar pelo mundo. Foi acolhido na França por Madame de Warens, em Chambéry, entre 1735-1739, com quem acaba tendo

um romance. Por influência da mesma, desenvolve o interesse pela história, literatura, filosofia e especialmente a música. Chegando a Paris ficou amigo de filósofos Iluministas, como Diderot, e iniciou uma breve, porém, bem-sucedida, carreira de compositor, obtendo sucesso com a ópera “O Advinho da Vila”. Em 1745 conhece Thérèse Levasseur, casando-se com ela apenas em 1778, com quem teve cinco filhos, que foram dados à adoção. Por mais que tenha tentado os procurar, nunca os encontrou. Desde o seu primeiro ensaio, de 1750, *Discurso sobre as ciências e as artes*, pelo qual ganhou o prêmio da Academia de Dijon e iniciou a carreira de escritor, produziu célebres obras como: o romance *A Nova Heloísa*, publicado em 1760, *Contrato Social*, publicado em 1762, no qual propõe que todos os homens façam um novo contrato social onde se defenda a liberdade do homem baseado na experiência política das antigas civilizações (ideia do homem cidadão); e nesse mesmo ano *Emílio*. Porém, tais obras despertaram a ira de monarquistas e religiosos da época, “*Emílio* e *Contrato* são condenados em Paris e Genebra e Rousseau foge de Paris, iniciando uma longa peregrinação e uma fase de alteração de seu equilíbrio psíquico, perturbado por manias de perseguição.” (CAMBI, 1999, p. 344).

Refugiou-se em 1762 na cidade suíça de Neuchâtel. Em 1765 foi morar na Inglaterra a convite do filósofo David Hume. Nos seus últimos anos passou a levar uma vida retirada e solitária. Falece aos 66 anos, em 2 de julho de 1778, no castelo de Ermenonville, onde foi acolhido pelo Marquês de Girardin. Rousseau trouxe muitas inovações à pedagogia após ter escrito a obra *Emílio*, exercendo impacto inclusive nas metodologias educacionais. O que podemos observar antes disso é uma forma de entender a criança e de educá-la completamente diferente da proposta por Rousseau. A pedagogia contemporânea é tributária das várias contribuições do genebrino, as quais destacaremos adiante.

Infância é um conceito amplamente utilizado na área da educação. E Rousseau é um dos importantes intelectuais da educação que auxiliam a refletir sobre esse conceito. Rousseau acreditava que o homem era bom por natureza e que a sociedade o corrompia “ – a origem do mal e das desigualdades humanas está na moral e na política.” (VEIGA, 2007, p.43). Pensaremos aqui as propostas educativas vislumbradas pelo autor (*educação natural*) como fundamentais na formação de um indivíduo, como ele entendia, o significado do que é ser bem-educado.

É importante salientar que essa distinção tão clara entre as diferentes idades que se tem hoje (infância, adolescência, maturidade, senilidade), não era tão evidente no passado, até certo modo recente. No século XVIII, apesar das mudanças evocadas, dentre as quais as de Rousseau e outros pensadores, comumente os pequenos eram vistos como “adultos em miniaturas”, não diferenciando assim suas particularidades, como a importância de desenvolver seu aspecto cognitivo por meio de brincadeiras e jogos, e não reconhecendo os elementos particulares da infância. Anteriormente, às crianças dos séculos XVI e XVII, não se dispensava atenção e cuidados já que a mortalidade infantil era muito alta e a provisoriedade do sentimento da infância era real. Porém mudanças estavam para acontecer.

Assim, embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes. [...] A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, 2006, p.25; 28).

Sinais esses que foram observados por Rousseau na sua escrita pedagógica e que, apesar da resistência sofrida pela sociedade da época, transformaram *Emílio* numa verdadeira leitura da moda na Europa:

...o *Emílio* teve larga circulação na Europa, e tornou-se simplesmente um texto da moda, na medida em que conseguiu despertar a curiosidade para uma nova e revolucionária sensibilidade em relação à infância e aos problemas pedagógicos (CAMBI, 1999, p. 345).

Juntamente à contribuição de ainda outros teóricos sensíveis ao tema – Montaigne e Fénelon, por exemplo, são anteriores a Rousseau na defesa dos direitos da criança e de uma educação natural –, as crianças foram, aos poucos, pensadas e tratadas desde o núcleo familiar de uma forma diferente, mais íntima,

valorizando essa nova idade que surgia, a infância, e suas necessidades (inclusive físicas), a bem de viver mais. Daí a importância de educá-las para a vida em sociedade, e para que não se perdessem nela.

Rousseau acreditava que “a educação do homem enquanto tal (e não do homem como cidadão)” seria ainda possível nessa sociedade corruptora, pois sendo o homem bom por natureza, necessário se fazia o seu “retorno à natureza”, isto é, àquilo que lhe é próprio, dos ritmos de crescimento e da valorização das características específicas da idade, especialmente a infantil (Cambi, 1999, p. 343-346). E a *educação natural*, junto a um mentor/preceptor esclarecido de sua função (de educação negativa e indireta, isto é, de entender que a criança deve aprender por si mesma e em contato com as coisas, sem a intervenção direta do preceptor, que o libera, mas o corrige, se necessário), tal como tinha *Emílio*, teria assegurada essa questão, da formação de um homem sensato que aprende pela sua experiência - ainda que, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, controlada pelo preceptor.

Nesse sentido, *Emílio* se torna uma resposta pedagógica desse *vir a ser* que não resultaria na formação de um erudito ou de um fidalgo, mas de um “homem bem-educado” como entendia. Sua defesa não dispensaria ainda a forte crítica à pedagogia dos colégios jesuítas, por entendê-los, dentre outros, intelectualista e livresca, e à educação aristocrática, voltada às boas maneiras e às regras de conversação inaturais, na imitação do adulto e contenção de sentidos, de sua época. *Emílio*, por sua vez, era constantemente acompanhado pelo seu preceptor, mas sem que isso representasse tolher o seu desenvolvimento *natural*, respeitando o seu crescimento “em ritmo lento” e aprendendo sem pressa, no “tempo certo”, afinal:

o papel do preceptor é o de ‘retardar’ o mais possível esses aprendizados [ao longo da vida], de modo a evitar qualquer antecipação perigosa, e permitir que *Emílio* viva o mais longamente possível a própria infância, idade da alegria e da liberdade.(CAMBI, 1999, p. 348)

Sobre o sentimento da Infância

Consideremos os textos de Philippe Ariès (1914-1984), um importante historiador e medievalista francês da infância e da família. Sua obra mais conhecida, *História social da criança e da família*, é composta por três momentos, sendo o primeiro, a discussão sobre O sentimento da infância, o segundo, A vida escolástica, que trata da introdução da criança ao meio escolar, e o terceiro momento, A família. Interessa-nos aqui, perceber o movimento de construção do conceito e do *sentimento da infância* em que se diz sobre a “consciência da particularidade infantil que distingue essencialmente a criança do adulto”, e não a afeição à criança como se pode supor (ARIÈS, 2006, p.99) – na sociedade ocidental descritos por Ariès e compará-los ao entendimento de Rousseau em *Emílio*.

Phillippe Ariès (2006, p. 32-41; 75-84; 99-105) nos orienta, a respeito de alguns hábitos e costumes desse longo período, entre o medieval (V-XV) e a Idade Moderna (XV ao XVIII). No medieval, o sentimento da infância não existia; “por essa razão assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes” (ARIÈS, 2006, p. 99).

Não se tinha, à época, a necessidade, por exemplo, de saber a idade das pessoas. No século XVI, a idade começou a ser importante e a aparecer nos registros das pinturas (telas), mas acredita-se que somente no século XVIII passou a compor os registros legais. Essa importância foi dada às camadas mais ricas que frequentavam os colégios.

No medieval, ainda, as vestimentas infantis não tinham distinção das usadas pelos adultos.

Assim que a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição. [...] a Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social. Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto (ARIÈS, 2006, p. 32)

A partir do século XVIII o traje das crianças muda, os meninos começam a se distinguir em suas vestimentas, calças compridas substituíam os aventais e o costume de efeminar os meninos (vestido e saia de meninas). As meninas, por sua vez, não tinham uma escolaridade própria até à época de Fénelon, e desde muito cedo eram confundidas com as mulheres; não se cogitava, por isso, distingui-las pelos trajes, o que já começava a acontecer concretamente com os meninos em relação aos homens (ARIÈS, 2006, p. 39).

Durante o século XVI e início do século XVII, a idade da infância era ignorada. À parte ainda da noção de *inocência infantil* – que viria a ser o resultado da reforma moral cristã e leiga disseminadas nas sociedades inglesa e francesa dos séculos XVIII e XIX –, os adultos desse período, de modo geral, tratavam as crianças com despudor e obscenidade e isso até, pelo menos, os sete anos de idade. Brincadeiras que nos soam indecentes eram práticas engraçadinhas àqueles tempos. Segundo Ariès (2006, p.75-78), que descreve as brincadeiras com o pênis do infante Luís XIII, tais situações divertiam não apenas o pequeno, como aos adultos, inclusive estranhos ao seio familiar. A idade de sete anos, porém, parecia marcar alguma distinção a respeito da infância. Era o momento em que começavam a ser até repreendidas nesse apelo, talvez pela proximidade da idade de se casarem. Era comum as meninas se casarem aos 13 anos e os meninos a partir dos 14 anos de idade.

No fim do século XVIII, a preocupação em relação à noção da inocência infantil é encabeçada por educadores europeus que passaram a observar até mesmo as palavras que utilizavam com os pequenos. A criança passa a ter maior importância dentro da família, no ambiente íntimo, e começa a se dar atenção a sua fragilidade física e emocional. A educação passa a ser vista como obrigação aos pequenos e os colégios, pequenas escolas, casas particulares, começam a se multiplicar com a função de obter das crianças a disciplina rigorosa, a retidão na moral e bons costumes.

A escola, por sua vez, desde o medievo, era destinada apenas ao mundo masculino, e misturava em uma mesma classe meninos e homens de todas as idades que eram ensinados pelo mesmo mestre. O conteúdo era o que interessava, não a idade dos que assistiam. A escola não tinha um local fixo, as aulas eram dadas nos mais variados lugares, até mesmo na porta da igreja.

Devido a este fato, assim que a criança entrava na escola, ingressava também no mundo adulto.

Do século XV ao XVII houve importante mudança nas escolas que passou a considerar a idade dos escolares e a seriação dos conteúdos ensinados. Era uma nova racionalização da educação escolar. Com o decorrer do tempo as classes de ensino passaram a ser separadas por grupos de mesma capacidade, supervisionados por um mesmo mestre. Mais tarde passou-se a designar um mestre especial para cada um desses grupos. O aumento paulatino de interessados ao estudo atingiu diferentes classes sociais. A escola tornava-se assim uma instituição essencial para a sociedade moderna.

E como era a criança na intimidade familiar? Como nos explica Gélis (1991, p. 310-329), a criança logo que nascia era alimentada pela mãe em média até os dois anos e meio de idade, estreitando o laço entre mãe e filho. O nascimento ocorria em local privado, mas era um ato tornado público com a presença de um grupo de pessoas geralmente na casa dos pais. Os primeiros passos da criança eram um ritual público que significava aos olhos dos outros que ela daria continuidade à linhagem familiar e marcava assim sua relativa autonomia.

A primeira infância era a época das aprendizagens, aprendizagem do espaço da casa, da aldeia, das redondezas. Aprendizagem do brinquedo, da relação com as outras crianças: crianças da mesma idade ou maiores, que sabiam mais e ousavam mais. Aprendizagem das técnicas do corpo, aprendizagem das regras de participação na comunidade local, aprendizagem das coisas da vida. Pai e mãe tinham um papel importante nessa primeira educação (GÉLIS, 1991, p. 314-315).

Os meninos geralmente ficavam com os pais e as meninas com a mãe, e essas aprendiam a fazer o seu futuro papel de mulher. O que se aprendia na infância e na adolescência era para que se pudesse assegurar a continuidade da família. Preparava-se cada indivíduo para que desempenhasse o papel que dele era esperado. Sinais de alteração na relação com a criança surgem no final do século XIV. Como informa Ariès (2006, p.104-105), a 'paparicação' é o primeiro sentimento da infância, em especial, das crianças pequenas. Depois, entre os séculos XVI e XVII tem-se a preocupação com a disciplina e a racionalidade dos costumes, e a ideia de preservar e disciplinar a criança invade o seio familiar. E finalmente, o terceiro elemento que se agrega ao sentimento da infância, já no

século XVIII, é o da preocupação com a higiene e a saúde física. Preocupação essa identificada por Gélis (1991, p. 316), já no seio da família que buscava preservar a vida da criança. Assim evitar que ela adoecesse e morresse prematuramente passa a ser o objetivo dos pais – a perpetuação da linhagem. Porém, no final do século XVII, os médicos eram poucos, estavam mal preparados e incapazes de atender às necessidades da população e salvar vidas, especialmente das crianças – não havia uma medicina específica para elas.

Ao longo do tempo, ocorre uma mudança de atitude com relação à criança e a certos temas que a envolvem. “O recolhimento junto à família nuclear acarreta o arranjo de um espaço doméstico mais íntimo. [...Entretanto] a evolução do sentimento da infância não se manifesta de maneira linear” (GÈLIS, 1991, p. 319-320). Na França do século XVI, o autor entende que estavam já presentes temas muitas vezes tributados apenas ao século XVIII, como a crítica ao uso das faixas (cueiros) às crianças pequenas. A ideia de contenção era criticada pelos médicos daquele tempo – aspecto a que Rousseau, em *Emílio*, afirmará sua oposição no tocante à limitação da liberdade da criança –, ou ainda o condenado aleitamento por amas de leite ou nutrizas ao invés da própria mãe. A desobrigação materna dessa função passada para uma ama liberaria a mulher para realizar outras atividades, e é duramente criticado pelos médicos. Afinal, à mulher era atribuído o papel de reprodutora, e esperava-se que fosse fértil e capaz de dar à luz.

Os textos dos séculos XVI e XVII, segundo Gélis (1991, p.322), trazem elementos de uma “nova criança” considerada mais esperta e mais madura. Não era motivo de condenação que a criança fosse educada em casa, a preocupação é que por conta disso ficasse mimada, e isso poderia ser a causa de muitas fraquezas. Daí o reforço à desejada educação pública dos infantes. Por outro lado, o recolhimento da criança ao mundo doméstico abre espaço para a afetividade entre a criança e a família.

Gélis (1991, p.325) afirma que o sentimento da infância no século XVI foi acompanhado de dispositivos legais que visavam uma política inicial de proteção à infância. Com isso o autor realiza uma provocação interessante:

É difícil acreditar que a um período de indiferença com relação à criança teria sucedido outro durante o qual, com a ajuda do ‘progresso’ e da ‘civilização’, teria prevalecido o interesse... O interesse ou a indiferença com relação à criança não são

realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula; e no século XVI, como vimos, os pais se preocupam com a saúde e a cura de seu filho (GÉLIS, 1991, p. 327-328).

Em linhas gerais, para Gélis (1991, p. 328), a família nuclear substitui a ideia da vida baseada na perpetuação da linhagem familiar ou da vida em comunidade, num modelo que ele identificava como rural. No novo sentimento da infância, a partir do século XVIII, sucedeu-se o que entende por modelo urbano no qual “o desejo de ter filhos [se realiza] não para assegurar a continuidade do ciclo, mas simplesmente para amá-los e ser amado por eles.”

Emílio e o conceito de infância

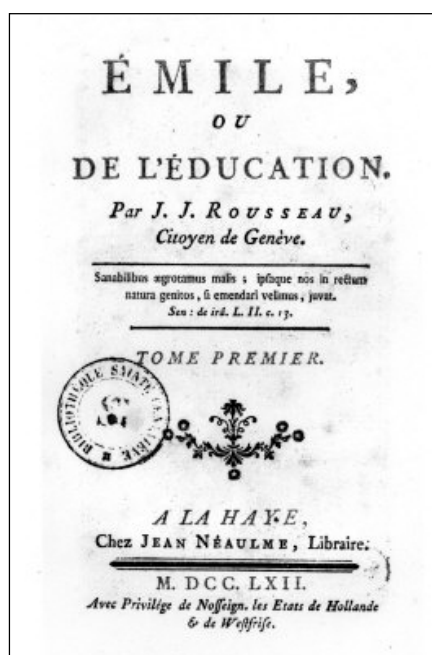


Figura 2 – Aspecto do livro *Emílio ou Da Educação*, publicado em 1762

A primeira versão de Emílio foi elaborada em 1759 e publicada em Paris somente em 1762. Possui 664 páginas ao todo, organizadas em cinco partes que se remetem a momentos específicos da vida de Emílio. No presente estudo, daremos enfoque aos dois primeiros tempos da vida de Emílio que compreende o intervalo do nascimento aos 12 anos de idade.

Em seu livro, Rousseau chama a atenção para as condições de desenvolvimento e de necessidades específicas da criança. Consequentemente, para ele, a ideia do 'adulto em miniatura' desaparece, e entra em foco um tratamento diferenciado, já que a criança possui características próprias, necessitava de um tratamento adequado, que respeitasse suas particularidades. De sua obra, daremos ênfase aqui às duas partes iniciais e comentaremos a seguir alguns dos enunciados citados.

Em “Livro primeiro: do nascimento aos 2 anos – a valorização da infância e suas especificidades”, Rousseau trata essencialmente dos cuidados com esse período em que Emílio é ainda um bebê, refletindo aspectos que implicam nesse tempo específico da infância, com os seguintes tópicos:

- O homem natural e o homem social
- A educação doméstica
- O valor da infância nos séculos XVII e XVIII
- O papel dos pais
- A relação adulto-criança
- O perfil do preceptor
- O perfil de Emílio
- O pacto entre discípulo e governante
- Contra a medicina
- A escolha da ama
- A higiene do bebê
- A educação da natureza
- O choro como linguagem
- A bondade e a maldade
- Máximas para o trabalho com crianças
- Como lidar com o choro
- O desmame e a dentição
- A linguagem
 - A construção da linguagem
 - A correção e o ensino

No “Livro segundo: dos 3 anos aos 12 anos – a idade da natureza”, já se considera a fase infantil de Emílio, sendo os seguintes itens:

- A criança começa a falar
- Liberdade ligada a sofrimento
- A educação na infância
 - A infância no século XVIII
- A felicidade
- O excesso
- A dominação e a liberdade
- O homem livre
- A liberdade e a dependência
 - O domínio e o medo
- As atitudes do educador
 - O amor a si mesmo
 - A educação negativa
- As dificuldades da educação natural
- A forma de instruir
- As noções sociais e a ideia de propriedade
- A mentira
 - A mentira de fato
 - A mentira de direito
 - A verdade e a mentira
- As virtudes e a imitação o diagnóstico de gênio e estúpido
- O tempo pedagógico
- Sensação e percepção – as diferenças
- O estudo das línguas
- O ensino de história e geografia
- A memória
- O ensino de geometria
- As fábulas
- Os livros e a leitura
- Ação e pensamento

- O exercício dos sentidos
 - O sexto sentido
- A maturidade da infância
- Rousseau e a educação de hoje

Posteriormente, seguem os livros sobre A idade da força, A idade da razão e das paixões, e finalmente A idade da sabedoria e do casamento, que encerra o percurso de educação e desenvolvimento moral, social e afetivo de Emílio.

Emílio é uma obra escrita na forma de ensaio pedagógico, que tem como objetivo evitar que a criança se torne má no contato da vida social. Rousseau sustenta em sua obra a ideia de que o homem é um ser bom por natureza, ele nasce bom, sendo sua obra, uma explicação do que fazer para conservar essa bondade natural e de preparar a criança para que não seja corrompida pela podridão moral da sociedade no qual está imersa. Rousseau diz que o homem é responsável pelo que ele é no mundo e compara o homem a uma planta que deve ser cultivada pela educação, pois a educação é a chave de tudo. A intenção é educar o homem para viver na sociedade civil.

Rousseau descreve ao longo da obra como se deve proceder com a educação das crianças, do qual Emílio é o modelo. Da escrita de sua obra, percebe-se que devido à precariedade das condições de vida da sociedade setecentista, a incidência da mortalidade infantil era muito grande, chegando-se a essa conclusão por meio de trechos muito pessimistas de sua escrita, como destacamos a seguir: “Das crianças que nascem, no máximo a metade chega à adolescência, e é provável que vosso aluno não alcance a maturidade.” (Rousseau, 2004, p. 67). As crianças eram amamentadas por amas de leite cujas críticas a esse costume já eram conhecidas desde o século XVI como informou Gélis (1991, p.315), manifestando que desde esse período os pais se preocupavam com a saúde dos seus filhos (1991, p. 327-328).

A mortalidade infantil, porém, era um dado real, demográfico, e do cotidiano das famílias. E longe de ser algo tão corriqueiro que despertasse uma manifesta “indiferença” ou “insensibilidade” ao fato como por várias vezes afirmou Ariès (2006) - e que explorou pouco o sentimento específico da perda (restrita a parte sobre o aparecimento do retrato da criança morta no século XVI, conforme p. 23-25). Quem melhor apontou a respeito desse particular sentimento foi Gélis

(1991, p.315), expressando o desejo das famílias de diferentes tempos (medieval e era moderna) que seus filhos não morressem, e pela dor que isso lhes causava. Isso acontecia porque as condições de higiene eram muito precárias e a medicina desconhecia vários fatores patogênicos conhecidos somente nos séculos seguintes, XIX e XX.

A infância nos séculos XVII e XVIII era mesmo um tempo muito frágil. Rousseau dizia que era obrigação da mulher a educação dos filhos e a maternidade, e que era de suma importância – fazendo coro ao lado dos médicos - que elas amamentassem seus filhos, diminuindo assim o risco de morte precoce dos pequenos.

Mas que as mães se dêem ao trabalho de amamentar seus filhos, e os costumes se reformarão por si próprios, os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações; o Estado se repovoará [...] Assim, da correção desse último abuso resultaria em breve uma reforma geral, logo a natureza readquiriria todos os seus direitos. E se as mulheres voltassem a ser mães, logo os homens voltarão a ser pais e maridos (ROUSSEAU, 2004, p.18)

Para que os pais voltassem a assumir seus papéis, seria necessária uma nova e diferente atitude perante as crianças. É o que ele propõe nos dois primeiros capítulos de *Emílio*. Rousseau acredita que cada fase do indivíduo tem que ser tratada de forma diferenciada, respeitando suas particularidades. “Jean Jacques considera que a infância é marcada pela vulnerabilidade, pois é quando existem os maiores riscos à sobrevivência das crianças. No entanto, isso não deve servir de pretexto para a educação que se impõe a elas” (CERIZARA, 1990, p.81)

Rousseau escreve às mães, mas não se refere as que abandonam os filhos, e nem às super protetoras. Esses dois tipos de mães, na sua concepção, afastam a criança da natureza. Uma porque negligencia seus deveres, e a outra porque exagera.

Tratando-se de família, Rousseau compreende que pai e mãe têm suas funções definidas. Ao pai caberia promover a base material, moral e afetiva. A esse respeito exemplifica:

Ao nascer uma criança grita; passa sua primeira infância a chorar. Ora a sacudimos, ora a acariciamos para acalmá-la; ora a

ameaçamos, batemos nela para que se cale. Ou fazemos o que lhe agrada, ou exigimos dela o que nos agrada; submetemo-nos a suas fantasias ou a submetemos às nossas: não há meio termo, é preciso que ela nos dê ordens ou que as receba. Assim, suas primeiras ideias são de império e servidão. Antes de saber falar ela manda, antes de poder agir ela obedece; e às vezes a castigamos antes que ela possa conhecer seus erros, ou cometê-los (ROUSSEAU, 2004, p. 20)

É indispensável para a concretização do projeto educacional rousseauiano que o aluno obedeça ao que ele chama 'professor governante'. O que legitima essa obediência é o fato deste ser "ministro da natureza".

Quanto à higiene do bebê, Rousseau defende a ideia de que o banho deve ser um hábito estabelecido, e que nunca deve ser interrompido – um dos princípios da higiene. É preciso retirar a sujeira que nela se acumula. Para isso é recomendado o uso de água morna, e gradativamente ir acostumando-a com água fria também, para que elas se tornem insensíveis às mudanças de temperatura.

Rousseau diz que a criança é capaz de perceber o que há por trás das aparências. É preciso saber diferenciar o choro para chamar atenção, do choro proveniente de algum incômodo ou sofrimento que a criança possa estar passando. Se toda vez que ela chorar, o adulto correr para acarinhá-la, esta saberá como atrair a atenção e fará isso sempre. O mais importante ao falar com as crianças, não é a palavra em si, mas a entonação com que são ditas. É preciso atender às necessidades naturais, e ignorar os desejos. É preciso compreender a linguagem de sinais utilizada pela criança para que seja possível identificar os sentimentos que estão por trás.

Para Rousseau viver implica em correr riscos. Sobre a criança pequena diz que "sofrer é a primeira coisa que ela deve aprender e a que terá mais necessidade de saber" (ROUSSEAU, 2004, p. 67). Relaciona isso ao conceito de liberdade. E critica a educação que diz que deve evitar que a criança conheça a dor, pois só o convívio com a dor possibilita à criança aprender a enfrentá-la.

Sobre a educação natural Cerizara (1990, p.104) diz que Rousseau:

...tem consciência da impraticabilidade da educação natural num mundo que há muito deixou de ser natural. Por isso é importante enfatizar que ele não pretendia que seu livro fosse um manual ou um método a ser seguido pelos pais na educação de seus filhos, mas sim um tratado sobre a bondade natural dos homens.

Rousseau diz que é preciso que as crianças saibam o que é a mentira, e entendam o alcance da mentira. Alguém só tem interesse em enganar os outros quando se sente fragilizado. Diz ele:

É preciso explicar o que é mentira às crianças. Existem dois tipos: a de fato, que diz respeito ao passado, a de direito, que diz respeito ao futuro. A primeira acontece quando negamos ter feito o que fizemos, ou quando afirmamos ter feito o que não fizemos, e em geral quando falamos conscientemente contra a verdade das coisas. A outra ocorre quando prometemos o que não planejamos cumprir, e em geral quando mostramos uma intenção contrária à que temos. Estas duas mentiras podem às vezes reunir-se em uma só, mas considero-as aqui no que tem de diferente. (ROUSSEAU, 2004, p. 103-104)

Rousseau admite que as virtudes adquiridas por imitação (sua crítica à educação aristocrática das boas maneiras e regras de conversação inaturais) se equivalem as do macaco, isto é, servem para adestração apenas, pois as crianças quando pequenas imitam os adultos. E defende que a única lição de moral que mais convém à infância é a de não fazer mal a ninguém, o que é diferente de fazer o bem. Rousseau entendia que existem adultos que são estúpidos toda uma vida, e crianças que são extremamente amadurecidas para sua idade. Mas isso é raridade. É preciso educar as crianças segundo os princípios da educação natural, para que sejam bem-educadas.

O tempo pedagógico nada mais é que utilizar o tempo a favor da criança, se ela precisa brincar, que brinque, cada coisa a seu tempo, e é importante que se respeite isso. A respeito disso, Rousseau exprime ser quase impossível que uma criança com menos de 12 anos seja capaz de aprender duas línguas, falando especificamente do grego e do latim, línguas que caíram em desuso e já eram consideradas por ele, praticamente, meras imitações. E ainda assim, o latim era ensinado a todas as crianças, e Emílio não escaparia a isso e aprenderia a língua apenas na adolescência. Seu estudo, porém, o ajudaria numa melhor compreensão do francês.

Reafirma-se aqui, conforme Veiga (1997, p. 93) que:

A proposta pedagógica de Rousseau foi inovadora não apenas por considerar as diferenças etárias entre os alunos ou prescrever uma formação integrada à natureza, mas por agregar um conteúdo

ético ao debate pedagógico, em contraposição ao utilitarismo e individualismo reinantes.

A expansão do movimento iluminista, embora heterogêneo, tinha como proposta, dentre outros aspectos, a laicização do ensino e da educação escolar. Acompanhou esse período, a separação entre Estado e Igreja, e a instalação de governos institucionais, com mudanças econômicas, tecnológicas, sociais e culturais. Rousseau foi contemporâneo desse período. Colaborou na famosa *Enciclopédia* de D'Alembert e Diderot, documento símbolo dos iluministas, mas, como afirma Veiga (2007, p. 93) discordou frontalmente das suas proposições pedagógicas por não entender que a *razão* fosse o motivo central da felicidade humana.

As contribuições rousseauianas para a educação e o conceito de infância foram muitas, mas compreendem fundamentalmente os seguintes aspectos:

1. a descoberta da infância como idade autônoma e dotada de características e finalidades específicas, bem diversas das que são próprias da idade adulta; [...]
2. o elo entre motivação e aprendizagem colocado no centro da formação intelectual e moral de Emílio e que exige partir sempre, no ensino de qualquer noção, da sua utilidade para a criança e de uma referência precisa à sua experiência concreta; [...]
3. a atenção dedicada à antinomia e à contraditoriedade da relação educativa, vista por Rousseau ora como orientada decididamente para a antinomia ora como necessariamente condicionada pela heteronomia; entre liberdade e autoridade não há exclusão, mas apenas uma sutil e também paradoxal dialética (CAMBI, 1999, p. 346-7).

A partir do século XIX, com a consolidação dos governos constitucionais, a escolarização elementar se estabelece na maioria dos países como direito dos cidadãos e dever do Estado e irmanada nos ideais iluministas de educação pública, laica, gratuita, universal e para todos. De lá para cá, métodos, práticas e teorias têm sido empreendidas no sentido de atender àquela que passou a ser, a partir de Rousseau, o centro de interesse da educação escolar: a criança.

À guisa de conclusão

Se pais dedicados olham para o pequeno ser que geraram como uma projeção da felicidade que gostavam de sentir, médicos, psicólogos e docentes observam a criança com base em critérios de desenvolvimento, encarando-a sobretudo a partir da noção de possibilidade. Para uns e para outros, a criança é fundamentalmente o que pode vir a ser ou mesmo o que deve vir a ser (FERREIRA e GONDRA, 2007, p. 127-128)

Após analisar *Emílio* e dialogar com diferentes autores a seu respeito, como Ariès, Cambi, Gélis, Cerizara, Veiga, etc. que trataram a respeito da infância, da família, da escola, do período medievo e moderno, foi possível observar que houve uma considerável mudança a respeito do conceito de infância ao longo dos séculos. Ariès (2006) retrata em sua obra, que no século XVII a criança era adultizada, ou seja, tratada como um adulto em miniatura. Essas nuances apareciam nas vestimentas, na fala, e principalmente no modo de agir *dos* e *com* os pequenos. Consequência desse tratamento notava-se por meio do alto índice de mortalidade infantil que ocorria também pelo fato de a criança não ser tratada de acordo com suas necessidades características ao período da infância. Aliás, uma medicina específica para a criança não existia. As mudanças foram gradativas, as roupas modificadas, e hábitos foram ficando para trás.

A obra de Rousseau, *Emílio ou Da Educação*, foi um marco pedagógico do século XVIII que contribuiu de maneira positiva à educação contemporânea. Uma leitura que auxilia a refletir a educação das crianças para que se tornem *adultos bem-educados*, e que estejam preparados a ponto de não se deixarem corromper pelos valores morais negativos que a vida em sociedade pode exercer sobre elas.

A partir da análise da obra de Rousseau, é possível observar permanências do seu entendimento sobre a criança e a educação que perfazem a nossa sociedade contemporânea. Atualmente, nossa sociedade volta-se ao bem-estar da criança que já possui um estatuto próprio (ECA) na defesa dos seus direitos. A medicina avançou bastante em relação aos séculos anteriores, proporcionando maior longevidade e qualidade de vida aos pequenos. Os pais, de maneira geral, são melhor instruídos a respeito de como educar seus filhos, os professores lutam pela boa formação e condições de trabalho, cuja consequência direta é um ensino mais específico às crianças. As crianças são amamentadas pelas próprias mães, correspondendo ao exercício contínuo do discurso médico

sobre elas, as quais tentam participar ao máximo da educação de seus filhos, e a figura paterna também se torna cada vez mais presente nessa educação.

Esse cenário acarretou transformações em diversos âmbitos. É do final do século XIX e início do século XX, o nascimento da pediatria no Brasil. Uma medicina voltada para a criança, pensando o corpo infantil (desenvolvimento e doenças) em sua singularidade e considerando suas diferenças em relação ao corpo do adulto. Nessa mesma época, a Puericultura, disciplina voltada para os cuidados e acompanhamento do desenvolvimento infantil, foi inserida no curso de normalistas a bem de ensinar os elementos necessários para o cuidado dos pequenos às futuras mães e educadoras de crianças. Pode-se afirmar que muitas dessas ações ocorreram por conta do enfoque social e pedagógico direcionado à criança, fruto também da defesa pessoal de Rousseau que exprimiu que as crianças necessitavam de um tratamento diferenciado, atendendo às condições de desenvolvimento específicas da criança.

Na escola formal as transformações são mais evidentes. Os conteúdos são pensados e ensinados considerando os limites e as possibilidades das crianças, dos professores e do próprio Estado na formulação do insumo necessário, de acordo com a faixa etária e a série respectiva. Sabe-se que a assimilação dos conhecimentos por parte da criança, depende além do *como* se ensina (métodos), do *por quê* (sentido filosófico) e do *para quem* se ensina (sentido social).

Hoje são muitos os serviços oferecidos às crianças. Alguns, inclusive, contrapondo-se, em parte, ao que entendia Rousseau. Ele defendeu o ensino de línguas apenas para os adolescentes, mas observamos inúmeros estabelecimentos de ensino de línguas estrangeiras que possuem programas específicos para crianças pequenas. As instituições estudam as potencialidades delas, elaborando as aulas e os materiais de acordo com o que é possível assimilar em cada faixa etária/série.

Parece-nos que, resguardadas as proporções e exceções, as crianças de hoje tendem a ser mais respeitadas, mais cuidadas, a serem prioridade no seio de suas famílias. Como diz Gélis (1991, p.328), “o desejo de ter filhos [se realiza desde o XVIII] não para assegurar a continuidade do ciclo, mas simplesmente para amá-los e ser amado por eles.” Essa nova compreensão deu-se em grande parte, às considerações feitas por Jean-Jacques Rousseau que modificou o

conceito de infância de sua época, o que culminou em mudanças de hábito de toda uma sociedade, no que concerne a atenção dispensada às crianças.

Em linhas gerais, *puercentrismo*, *aprendizagem motivada* e *autoridade-liberdade*, como resumiu Cambi (1999), são os temas que estão na base de grande parte da pedagogia contemporânea, todas tributárias das contribuições rousseauianas tratadas no seu ensaio pedagógico *Emílio ou Da Educação*. Os estudos sobre Rousseau e o conceito de infância, nesse sentido, informam princípios fundamentais a todo educador contemporâneo. O preceptor que acompanha Emílio ao longo do seu desenvolvimento educa e nos adverte a (re)considerar o desenvolvimento da criança no “seu tempo”, a evitar as antecipações perigosas, a deixá-la seguir “no seu ritmo”, *natural*. São muitas as questões possíveis para se pensar a educação e a infância com Rousseau a partir de *Emílio*. Deixamos aqui apenas uma leitura possível.

Fontes

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Referências

ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LCT, 2006.

CAMBI, Franco. Rousseau: o pai da pedagogia contemporânea. In: **História da pedagogia**. Tradução Álvaro Lorenzini. São Paulo: EDUNESP, 1999, p.342-355.

CERIZARA, Ana Beatriz. **Rousseau: a educação na infância**. São Paulo: Editora Scipione, 1990.

FERREIRA, António G. Alves; GONDRA, José G. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano M. de; FERNANDES, Rogério (Orgs.).

Para a compreensão histórica da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.127-146.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Phillipe; CHARTIER, Roger (Orgs). **História da vida privada.** vol. 3 (Da Renascença ao século das Luzes). São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 310-320.

PEREIRA, Júnia Sales (2008). **História, ciência e infância:** narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade. Brasília: CAPES; Belo Horizonte: Argvmentvm.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.